

VAMOS ARRIBAR O CÉU? POR UMA EDUCAÇÃO ATRAVESSADA POR BRASILIDADES CRIATIVAS SUBALTERNIZADAS

SHALL WE LIFT THE SKY?
FOR AN EDUCATION TRAVERSED BY SUBALTERNATE CREATIVE BRAZILIANITIES

Cláudia Pereira Vasconcelos¹

<https://orcid.org/0000-0003-3017-5269>

claudia.culturas@gmail.com

Resumo:

O presente artigo visa discutir possibilidades de ampliação da noção de História do Brasil, dando ênfase ao estudo de narrativas expressas pelas populações indígenas e afro-brasileiras através das artes, da oralidade, dos ritos e demais manifestações culturais brasileiras. Os registros históricos dessas comunidades de tradição oral e de seus descendentes, pertencentes ao amplo território que se convencionou chamar de sertão, estiveram historicamente à margem da narrativa oficial do Brasil, gerando o apagamento de suas memórias e ciências. Com o intuito de provocar um debate sobre tais problemáticas, pensando como essas questões devem estar presentes nos currículos oficiais da educação, dividi este artigo em três partes: a primeira traz um debate mais geral sobre o tema; a segunda é uma narrativa pessoal/profissional sobre um encontro com *portais cosmológicos afro-indígenas brasileiros*, durante minha pesquisa de doutorado; e, por fim, apresento a proposta do projeto de pesquisa e extensão *ARRIBAR O CÉU: artes, saberes e histórias dos sertões indígenas e afro-brasileiros*, implementado em 2022, na UNEB Campus IV, como resultado dessas vivências e inquietações. O referido projeto tem como premissa fundamental a Lei Federal 11.645/08 que alterou a LDB (9394/1996), tornando obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos oficiais da Rede de Ensino.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; História; Arte; Indígenas e Afro-brasileiros.

Abstract:

This article aims to discuss possibilities for amplifying the notion of Brazilian History, emphasizing the study of narratives expressed by the indigenous and Afro-Brazilian populations through the arts, orality, rites, and other Brazilian cultural manifestations. The historical records of these communities of oral tradition and their descendants, belonging to the vast territory conventionally called *sertão*, were historically on the margins of the official narrative of Brazil, leading to the erasure of their memories and sciences. With the aim of provoking a debate on such issues, thinking about how these topics should be present in official education curricula, I divided this article into three parts: the first is a general debate about the subject, the second is a personal/professional narrative about an encounter with *Brazilian Afro-indigenous cosmological portals*, during my doctoral research, and, finally, I present the proposal for the research and extension project *LIFT UP THE SKY: arts, knowledges and histories of the indigenous and Afro Brazilian backwoods*, implemented in 2022, at UNEB Campus IV, as a result of these

¹ Doutora em Estudos de Cultura pela Universidade de Lisboa. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

experiences and concerns. The aforementioned project has as its fundamental premise the Federal Law 11.645/08 which altered the Law of the Guidelines and Bases of National Education (9394/1996), making mandatory the inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous Brazilian History and Culture in the official curricula of the Educational System.

Keywords: Law 11.645/08; History; Art; Indigenous Brazilians and Afro-Brazilians

INTRODUÇÃO

Histórias pra ninar gente grande

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra*

*Brasil, meu denço
A mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500, tem mais invasão
Do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato*

*Brasil, o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri, não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati*

*Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*

*Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões
São verde-e-rosa as multidões*

Composição: Danilo Firmino / Deivid Domênico / Mamá / Márcio Bola / Ronie Oliveira / Tomaz Miranda²

A música brasileira, como nos lembra Emicida no filme *Amar Elo - é tudo pra ontem*, assim como as demais expressões artísticas produzidas desde o período colonial, têm um grande poder de comunicação, podendo alcançar as mais diversas gerações e camadas sociais. Pensadas no contexto de um país continental marcado pela colonialidade, como é o Brasil, as

² Com o samba enredo: *Histórias pra ninar gente grande*, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, foi campeã no carnaval de 2019.

artes podem ser lidas como ricas e sofisticadas fontes que nos ajudam a compreender as diferentes realidades do país, em especial, dos povos subjugados, que historicamente estiveram à margem da narrativa oficial sobre a nação.

O estudo e experimentação desses importantes documentos estéticos – música, fotografia, cinema, teatro, pinturas, danças e ritos, etc. – possibilita-nos “tirar a poeira dos porões” para expor “o avesso do mesmo lugar” e contar “a história que a história não conta”. Por outras palavras, possibilita conhecer a História do Brasil a partir de lugares e personagens silenciados, como bem demarca o samba enredo da Mangueira.

Para enfrentar as violências sofridas pelas populações originárias e pelos povos africanos e afro-brasileiros escravizados no Brasil, dentre elas o apagamento dos saberes e potencialidades na escrita da História oficial, foi criada em 2003 a Lei Federal 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), incluindo no currículo oficial da rede de ensino pública e privada a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira”. Após cinco anos, a Lei é novamente alterada para a Lei 11.645 de 2008, ampliando a obrigatoriedade do estudo das temáticas que envolvem a “História e Cultura Indígena”.³

Importa dizer que essas significativas alterações na LDB não chegaram de presente para às escolas e Universidades da noite para o dia, são fruto de um longo processo de organização, discussão, disputas e lutas dos movimentos negros e indígenas pelo reconhecimento da diversidade epistêmica e da autoria na produção de conhecimentos, apagados insistentemente dos currículos oficiais do Brasil.

No amplo território originário *Abya Yala*,⁴ a história oficial escondeu dados e informações que revelam que o maior genocídio da história da humanidade aconteceu entre os séculos XV e XVI, quando o que hoje é conhecido como continente americano foi invadido e usurpado pelos conquistadores europeus. Estima-se que antes da chegada dos colonizadores viviam no continente cerca de 80 milhões de pessoas pertencentes às mais de 1.300 nações. Em menos de 100 anos, esse número caiu para 10 milhões, fazendo com que mais de duas mil línguas desaparecessem do planeta terra (VIEZZER & GRONDIM, 2021).

O segundo grupo vitimado pelo genocídio praticado sob a tutela da cruz e da espada foi formado por diversos povos do continente africano, trazidos à força em condições subumanas para serem escravizados nas colônias das Américas. Segundo os historiadores Wlamira Albuquerque e Walter Fraga, o Brasil foi a colônia que mais recebeu africanos/as no mundo, tornando-se uma nova África fora daquele continente:

(...) estima-se que entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões

³ Mesmo tendo consciência de que a Lei 11.645/08 substituiu a Lei 10.639/03, em algumas passagens do texto irei me referir as citadas Leis em separado e no plural, em respeito a opção política do Movimento Negro em demarcar a importância histórica da Lei 10.639/03.

⁴ *Abya Yala* significa terra madura, terra viva ou terra em florescimento, é como o povo Kuna, originário da Serra da Nevada, na Colômbia, denominava o continente latino-americano antes da chegada dos colonizadores. "Hoje *Abya Yala* é um nome próprio que abarca todo o continente e foi escolhido pelos povos originários como parte do processo de superação do isolamento político a que foram submetidos desde o início da colonização. (...) A adoção do nome comum de *Abya Yala* para designar o território hoje conhecido como América faz parte de um processo de construção política de identidade dos povos originários que vivem neste território há milhares de anos" (VIEZZER & GRONDIN, 2021, p. 204).

de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África. (ALBUQUERQUE & FRAGA, 2006, p. 36).

Além de ter sido o país que mais recebeu africanos/as saídos/as de seu continente de maneira forçada, o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Após mais de três séculos de um brutal processo de usurpação da dimensão humana desses povos, perpetrado pelo regime escravista, foram não apenas abandonados pelo Estado no pós-abolição, como perseguidos por suas práticas culturais e religiosas e pela cor de pele.

Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, no *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (2019, p. 18), afirmam que: “a escravidão é um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que guarda marcas profundas no nosso cotidiano”. Acrescentam os autores que, ao contrário do que se popularizou na história do Brasil, sobre a inaptidão dos nativos (indígenas) para o trabalho forçado: “a escravidão - indígena e africana - esteve presente, de modo combinado e diverso, em várias partes do Brasil, e apresentou diferentes feições econômicas, culturais e demográficas” (SCHWARCZ & GOMES, 2019, p.18).

Foi a partir de um processo de violação de corpos femininos indígenas e africanos que foi nascendo um povo mestiço, uma “ninguendade” que, segundo Darcy Ribeiro (2018), não encontrava conforto nem entre os seus de origem, muito menos entre os brancos. Séculos mais tarde um dos mais famosos intérpretes do Brasil, Gilberto Freyre, iria compor uma nova versão da identidade brasileira, destacando de forma lúdica e até excitante, o processo de miscigenação do nosso povo. Nós, as populações nascidas nos sertões brasileiros, aprendemos desde cedo a esquecer e silenciar nossa relação parental com os povos originários e os povos africanos escravizados, ainda que nossos costumes e saberes cotidianos estejam visivelmente atravessados por essa herança.

Como bem demarca a professora e geógrafa Jamille Lima Payayá (2019), esta situação é notória na região de Jacobina, no Piemonte da Chapada Diamantina (BA). Território de importância central para a empresa colonial, centro de mineração para o qual afluíram milhares de negros escravizados levados pelas missões, pelos colonizadores europeus em busca de ouro e pelos fazendeiros. Toda a região das jacobinas, no entanto, era habitada pelos povos indígenas, notadamente os Payayá, que circulavam pelos vales dos grandes rios que cortam os sertões da Bahia, a exemplo dos rios Itapicuru, Jacuípe, Paraguaçu e de Contas.

A cidade de Jacobina é pródiga em exemplificar o caráter pernicioso da miscigenação brasileira: embora possua na historiografia e no próprio imaginário urbano a presença indígena em sua constituição, os Payayá são considerados um elemento pretérito, ausentes no presente. No entanto, a presença indígena na cidade (e na região) não se dá apenas por aqueles e aquelas que se autoidentificam indígenas (como os mais de 300 que assim o fizeram no Censo de 2010), mas é presente nas práticas, na toponímia, nos sabores, nos rostos e nos corpos. A violência do processo de colonização se perpetua, com suas múltiplas estratégias de silenciamento, cujo discurso do pardismo (convertido em negritude) é um exemplo (LIMA,

2019).

Apesar de toda violência direta, ou simbólica, praticada contra essas populações formadoras do Brasil, o projeto colonial não conseguiu suprimir a potência e sofisticação das ciências produzidas nos diversos territórios que ficaram às margens do Brasil institucional. Esse conjunto de saberes e práticas tidas como “populares”, bem como a memória das experiências de resistência, estão vivas e vêm sendo transmitidas para as novas gerações através de ritos diversos. Falo de práticas de reinvenção da vida, como o uso de medicinas da terra, a qual essa região tornou-se referência,⁵ festejos e encantarias presentes nos terreiros de candomblés, jarês e pejis, grupos e rituais de celebração da espiritualidade, da alegria, da comunhão e da beleza, a exemplo do Micareta, dos festejos católicos nos quais grupos culturais tradicionais como a Marujada, os grupos de pífanos, os cã, entre outros, se apresentam (RODRIGUES, 2014; SANTOS, 2004).

Os registros dessas histórias, ciências e artes, estão presentes por toda parte, inclusive nos nossos corpos, nas nossas casas/famílias, costumes e produção de sonoridades. **É preciso reconhecê-los e incluí-los nos currículos oficiais das nossas instituições de ensino** e ainda que identifiquemos avanços preciosos trazidos pelas políticas de reparação e promoção da igualdade racial, implementadas nas últimas décadas, os desafios postos no momento, para nós professores/as são inúmeros, aponto aqui três que considero fundamentais:

- 1) Garantir que a inclusão dessas histórias e culturas afro-indígenas se tornem procedimentos institucionais e sistemáticos, não aparecendo como mais uma ação empreendida pelo esforço e boa vontade de um/uma professor/a comprometido/a com a questão;
- 2) Outro desafio já bastante discutido nas análises e produções científicas sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, é que a inclusão desses conteúdos/saberes não continue restrita a comemorações de datas ou eventos, como o 19 de abril “dia do índio” ou o 20 de novembro “dia da consciência negra”;
- 3) O último desafio aqui citado e que considero um dos principais é o reconhecimento da capacidade de autonomia e autoria dos povos indígenas e afro-brasileiros, historicamente agenciados por pesquisadores/as não negros/as e não indígenas.

Como bem nos aponta o professor Leandro Bulhões, fiquemos atentos/as para não repetirmos a armadilha dos discursos e práticas arraigados pelo o “paradigma da contribuição”, que segundo o autor:

Presume que apenas os povos brancos foram responsáveis por todas as estruturas relevantes das sociedades colonizadas e que os outros povos apenas “contribuíram” com comidinhas, dancinhas e palavras. Pensamos que uma abordagem honesta e verdadeiramente emancipadora precisa tratar de revisões e inclusões epistemológicas. Isto é, é necessário, já que o espaço da legitimidade da produção científica é provinciano e reducionista, eurocentrado, não permitindo maiores diálogos com outras formas de ler, experimentar e compreender as coisas do mundo (BULHÕES, 2018, p. 29).

A partir dessas reflexões iniciais, apresentarei para o/a leitor/a um pouco da minha

⁵ Ver estudo da professora e psicóloga Daniela Martins (2014).

experiência de aproximação e compreensão das cosmovisões e narrativas indígenas e afro-brasileiras, como mulher oriunda do universo rural, pesquisadora das identidades sertanejas e brasileiras, arte-educadora e professora da área de Ensino de História, em uma Universidade pública localizada nos Sertões das Jacobinas que, ao meu ver, ainda não inclui de forma justa as epistemologias afro e indígenas no seu currículo oficial.

Narrarei brevemente como meus percursos de pesquisa no campo das identidades e das artes, têm trazido um novo olhar para a minha existencialidade, e como estes processos me levaram ao encontro com as cosmovisões dos diversos povos originários e afro-brasileiros que aqui chamarei de *portais cosmológicos afro-indígenas brasileiros*. Pautada por experiências de deslocamentos geográficos,⁶ tanto na pesquisa de mestrado quanto no doutorado,⁷ passei a repensar a relação com a sala de aula e com o currículo de formação de professores/as de História, no sentido de afirmar, com mais assertividade, as heranças culturais e históricas indígenas e afro-brasileiras da nossa região/país. Desse movimento de inquietações e intervenções, nasceu o Projeto de Pesquisa e Extensão *ARRIBAR O CÉU: artes, saberes e histórias dos sertões indígenas e afro-brasileiros*, que será apresentado na parte final deste artigo.

SOBRE FERIDAS COLONIAIS E O ENCONTRO COM PORTAIS COSMOLÓGICOS AFRO-INDÍGENAS BRASILEIROS

O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.
(KILOMBA, 2019)

Devido aos limites de espaço que conforma um artigo, me deterei a tratar apenas da experiência de pesquisa do doutorado, realizada entre os anos de 2017 e 2021, que me levou a caminhos descoloniais/decoloniais na produção de um pensamento sobre a cultura brasileira, e na reflexão sobre os efeitos do projeto colonial que, ainda hoje, assolam fortemente nosso país.

Realizei o doutorado em Estudos de Cultura, na Universidade de Lisboa com a pesquisa: *Gonzagão e Gonzaguinha: percurso, sonoridade e métrica de brasilidades insubmissas*, que em síntese discute como os percursos de vida permeados por fronteiras geográficas, culturais e afetivas, influenciaram a produção musical de Luiz Gonzaga e de seu filho Gonzaguinha, verificando se as obras e presenças desses artistas podem ser lidas como discursos insubordinados, que vão na contramão das representações oficiais da brasilidade. A experiência de atravessar o Atlântico (da Bahia/Brasil para Lisboa/Portugal) e

⁶ Na primeira experiência, saí da pequena cidade de Serrolândia, no semiárido baiano, para a capital do estado, Salvador - BA, em 1999; no doutorado, saí de Salvador para a cidade de Lisboa, Portugal, em 2017.

⁷ A pesquisa de mestrado realizada no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, na UFBA, concluída em 2007 e publicada pela EDUFBA em 2011, trouxe o título: *Ser-Tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana*. A pesquisa nasce de uma inquietação pessoal como migrante do interior do estado para a capital e objetiva problematizar o conceito hegemônico de baianidade, que se construiu como referência universal para o estado da Bahia, deixando de fora as populações do semiárido baiano, bem como de outras regiões do estado que se identificam ou são identificadas através de elementos ligados à ruralidade.

habitar um território no qual sua presença te coloca em um desconfortável lugar de “outridade”, me levou a problematizar com mais intensidade como as narrativas hegemônicas, erigidas pela colonialidade, afetam nossa existência plena (FANON, 2008) e, de forma muito eficaz, nos faz desacreditar de nós (indivíduo e coletivo).

Residir em Lisboa e vivenciar diferentes espaços de moradia (Massamá e Alcântara),⁸ além do acesso à produção cultural local, me fez perceber o quanto os discursos midiáticos e governamentais de “portugalidade”, pautados pela ideia de acolhimento à diversidade estão distantes da realidade de segregação racial e de exclusão social dos/as imigrantes. Mesmo sendo uma mulher socialmente branca e letrada, o experimento de viver em Lisboa me fez compreender melhor o quanto a lógica colonial atualiza as feridas abertas por um projeto de mundo que hierarquiza e desumaniza todos/as àqueles/as que não se encaixam no modelo de “sujeito humano universal”, sendo esse sujeito homem, branco, europeu, cristão, racional, magro, heterossexual e letrado.

Assim como os discursos oficiais da brasilidade se expressam de modo idealizado no quesito da convivialidade racial, a “portugalidade” nos é apresentada como referência de convivência harmônica entre os diferentes povos. Mesmo sabendo que todo discurso identitário de nação utiliza-se de estratégias que exaltam fatos e características consideradas positivas, e silenciam ou escamoteiam conflitos e aspectos considerados negativos (ANDERSON, 2012), o que mais me impressionou no caso lusitano foi a atualização da ideia de que o colonialismo português foi excepcionalmente menos violento do que os demais e, que suas consequências estão circunscritas ao passado.

Estudos sobre a escravidão revelam que Portugal foi o último país da Europa a abolir o tráfico de escravos e a aceitar a independência e descolonização na África (HENRIQUES, 2016), os discursos fundamentados no “mito do bom colonizador”⁹ são repetidos de forma anacrônica, inclusive no ambiente acadêmico, onde percebi um forte sentimento de que em Portugal não há racismo.

Para além de uma escuta e um olhar atento ao cotidiano da cidade de Lisboa, e das narrativas midiáticas, foram especialmente as visitas a museus e monumentos de exaltação à colonização, em pleno século XXI, sem uma necessária contextualização crítica,¹⁰ que me fizeram encarnar, de forma mais radical, os sentidos das leituras/teorias feitas durante e após o cumprimento dos créditos - refiro-me, sobretudo, aos/as pensadores/as pós-coloniais e decoloniais -, e desejar retornar ao Brasil para, assim, deglutir com mais acuidade os saberes e

⁸ A primeira freguesia pertence ao Concelho de Sintra e grande parte da população residente é negra, de origem africana ou afro-portuguesa, a maioria oriunda de ex-colônias portuguesas como Angola.

⁹ É importante mencionar que ambos os discursos identitários foram influenciados pelas teorias raciais do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1995 [1933]). No caso do Brasil, as teses desembocaram no chamado “mito da democracia racial”; no caso português, foi através da ideia de “lusotropicalismo” que se fundamentou a negação da existência do racismo. Em ambos os países, suas ideias fundamentaram o “mito do bom colonizador”.

¹⁰ Refiro-me mais especificamente ao Padrão dos Descobrimentos, situado em Belém, Lisboa (concebido em 1940). O próprio nome do monumento enaltece o “passado glorioso” das grandes navegações. O segundo espaço que causou-me incômodo foi o Portugal dos Pequenitos (construído entre 1938 e 1962, durante o governo salazarista, em Coimbra), que é ainda mais afrontoso para os povos colonizados, visto que a representação dos territórios conquistados e das populações pertencentes a esses territórios foi concebida num misto de folclorização e desumanização das figuras, especialmente no que se refere aos/as africanos/as. Ainda hoje é visitado por milhares de crianças, cumprindo um papel de parque Moçambique e Cabo Verde. A segunda pertence ao Concelho de Lisboa e é uma região mais antiga e turística, próxima a importantes monumentos e museus da cidade.

fazeres das cosmovisões indígenas, africanas e afro-brasileiras, alicerces da nossa nação e tão ausentes da nossa formação escolar e familiar.

Como estava mergulhada no universo da produção artística de dois brasileiros “periféricos” e insubmissos, Gonzagão e Gonzaguinha, representantes de dois dos principais territórios margeados do Brasil, sertão e favela, fui me deixando guiar pelas vozes, sonoridades, deslocamentos, sonhos e travessuras dos sujeitos da pesquisa. De diferentes modos, tanto o pai quanto o filho, utilizando-se de *estratégias gingadas*,¹¹ conseguiram subverter o lugar ao qual estavam submetidos socialmente e ocupar um lugar de prestígio e centralidade no concorrido cenário cultural brasileiro do século XX. Foi primeiro o sanfoneiro e filho de Exu, Luiz Gonzaga que, com sua inteligência brincante, revelada na potente performance e oralidade, “me deu uma rasteira” e me desafiou a desenredar a complexa cultura inter cruzada do Brasil. Depois veio o neto de Exu, o “moleque” do Morro de São Carlos, Gonzaguinha que, com sua poética política, me auxiliou a não cair na tentação da mestiçagem harmoniosa e sedutora de Gilberto Freyre.

O que importa de fato, para essa nossa prosa é que, foi a partir de um mergulho mais profundo no universo “gongazueano” do pai e do filho, que pude perceber que os conceitos eurodescendentes e os binarismos clássicos empreendidos pela armadilha colonial, e sobre os quais fomos formados/os, não responderiam às complexidades desses Brasis diversos e de suas personagens inventoras de *brasilidades insubmissas*. Pude então, “transver” o Brasil, como bem nomeia o nosso poeta Manoel de Barros, ao me aproximar de cosmologias rizomáticas, encruzilhadas, gingadeiras, formuladas no Brasil nos processos das diásporas africana, nordestina e indígena, experiências culturais de reinvenção da vida.

Para explicar melhor esse processo de “transver” o Brasil e as *brasilidades insubmissas* de Gonzagão e Gonzaguinha, tratarei agora dos caminhos que trilhei na deglutição desses saberes brasileiros ocultados, que foram fundamentais para a produção da tese. Nomeei esse caminho de “encontro com portais cosmológicos afro-indígenas brasileiros”. O encontro com esses portais, suprimidos pela formação escolar e familiar, se deu de forma não planejada, quero dizer, não fiz uma busca orientada pela razão cartesiana, por uma necessidade imposta pela pesquisa de doutorado. Fui ao encontro desses rituais e espaços de tradição oral de forma intuitiva, impulsionada por processos contínuos de autoconhecimento em um contexto político de muita apreensão no Brasil e no mundo.

A primeira imersão nesse portal se deu quando me aproximei dos terreiros de religiões de matriz africana (jarê e candomblé), conduzida pela participação, em 2019, na Escola de Formação na Pedagogia Griô¹² – prática educativa e filosófica pautada nos saberes da oralidade e corporeidade, e no diálogo entre os/as mestres/as da comunidade, nominadas/os de griôs e a escola formal (PACHECO, 2006) –; e na inserção no Maracatu Ventos de Ouro – grupo

¹¹ Conceito de *estratégia gingada* desenvolvido na tese, nasce da *ginga* - um movimento corporal fundante na capoeira, no qual, ao utilizar movimentos dissimulados no desenvolvimento do jogo dançado, para “golpear” o/a parceiro/a, protege-se de um rebate. A *estratégia gingada* inclui tanto a ação racional e planejada, quanto a artimanha de se conseguir o que se deseja sem bater de frente com o que se opõe. Aciona a “arte do fraco” (CERTEAU, 2009) sem excluir o cálculo. Na tese, o conceito horizontaliza e inter cruza diferentes manifestações do saber manejadas por Luiz Gonzaga e por Gonzaguinha em diferentes contextos. Para compreender melhor, ver a live do LEFOR/UNEB: “Sertanidades e brasilidades gingadas em Gonzagão e Gonzaguinha”, disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CFLNN2YldSy/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹² A Escola de Formação em Pedagogia Griô oferece cursos de formação presenciais e na modalidade EAD para todo o Brasil. Para saber mais ver: <http://pedagogiagri.com>. Acesso em: 15 ago. 2022.

feminino de maracatu de baque virado da cidade de Salvador, que tem como referência formativa e filiação a Nação do Maracatu Porto Rico, de Pernambuco.¹³

A vivência de formação intensiva na Pedagogia Griô (durante sete dias) foi permeada por sensações de atravessamentos descolonizantes, pois todo o processo de aprendizagem passa pelo corpo, pelos sentidos, pelo encantamento, pelo contato com a natureza e com comunidades quilombolas e suas/seus mestras/es. De toda a vivência, o que foi mais marcante para mim, no sentido de materializar-se como uma virada de chave na forma de pensar o Brasil e as brasilidades, foi a ida a um jarê, religião de matriz africana própria da Chapada Diamantina.¹⁴ Durante toda a noite, como é de costume nos rituais de terreiro, as entidades se manifestam em corpos dançantes, cantantes, suados, girantes, que vêm e vão, se comunicam com os presentes com vozes, dizeres, danças e batuques diversos. Convidadas pelos atabaques, que ecoam noite adentro, cada entidade se manifesta da sua forma.

Aquela noite no jarê foi luminosa. Me dei conta de que nunca havia estado uma noite inteira em um terreiro, também de que os Brasis negados sempre estiveram ali, bem próximos de mim, mas eu não os via, não tinha sido apresentada a eles. Alguns acontecimentos naquela noite me fizeram compreender que nós, criados na cultura branca, sabemos muito pouco desses Brasis silenciados. As imagens de um homem jovem que, ao receber a “força”, girava a cabeça numa velocidade que não consigo mensurar; de uma senhorinha de uns oitenta anos que girou a noite inteira como se seu corpo tivesse vinte anos; a presença naturalizada das crianças que crescem em meio a essa cosmovisão; os tocadores de atabaques em contínua conexão e inteireza com tudo; o caruru servido com fartura...

Tudo isso me fez entender que minha cabeça, formada na cultura branco-mestiça (sim, porque o tempo inteiro somos interpeladas/os por resquícios de saberes ancestrais, só não nos damos conta), não tem como pensar como a cabeça daquele jovem, pois somos formadas/os por lógicas distintas. Penso que ele, e todos/as os/as girantes, podem acessar, e acessam, os códigos da cultura branca através da leitura/escrita e outros mecanismos, porém, para acessar a cosmologia ancestral do seu povo não é possível fazê-lo através da leitura/escrita ou apenas observando seus movimentos. E é justamente por estarem envoltos por mistérios, segredos, mandingas que esses saberes são sofisticados e complexos, porém passíveis de serem alcançados, desde que o indivíduo consinta o entrelaçamento entre razão, emoção, corpo e espiritualidade. Sutilezas que a cultura branca dominante não compreende, e por isso persegue, despreza, inferioriza ou classifica como credice, superstição ou feitiço.

No Maracatu, parte do processo formativo acontece no Terreiro Ilê Axé Icimimó Aganju Didê,¹⁵ onde a nossa mestra Josy Garcia e várias integrantes são filhas de santo. O encontro com o maracatu inicialmente aconteceu por interesse artístico-cultural, também pelo fato de ser um grupo composto apenas por mulheres. Como professora, atenta às culturas ancestrais brasileiras e oriunda de uma comunidade de tradição oral, já sabia que, além do maracatu,

¹³ Para conhecer melhor o grupo, ver: <http://www.maracatuventosdeouro.com/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

¹⁴ Essa prática religiosa está bem descrita no premiado livro: *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, no qual as personagens centrais da história vivem em uma comunidade quilombola da Chapada Diamantina e são filhas de um mestre do jarê. Indico a leitura como uma excelente narrativa sobre o Brasil, o jarê, as comunidades quilombolas, as questões de conflito de terra, etc.

¹⁵ O terreiro Icimimó fica no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, região com maior população negra no mundo, fora do continente africano. Para conhecer o terreiro e parte dos rituais realizados por seus membros, ver: <https://hibridos.cc/po/rituals/ile-axe-icimimo-aganju-dide/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

todas as manifestações culturais de matriz africana têm relação com o sagrado: a capoeira, o jongo, algumas festas de largo, o samba, o acarajé, porém, não tinha dimensão do quanto isso era fundante na existência dessas manifestações. E mesmo que a pandemia do covid-19 tenha interrompido nossos encontros presenciais, o breve processo formativo me instigou a, sempre que possível, participar de festas em terreiros, quando abertas aos não praticantes da religião, o que me ensina sempre, dando a certeza de que esse é um longo processo de aprendizagem.

Ainda nesse percurso de buscas, chego a um dos “portais” que mais me impactou como revelador de uma cosmovisão nunca antes acessada, pensada, vista. Foi numa cerimônia do *Uni* (ayahuasca), medicina sagrada dos povos da floresta amazônica, que dimensões intangíveis do universo indígena se apresentaram com muita intensidade no meu corpo/cabeça/espírito/coração. Guiados(as) pelo Pajé Kaku do povo Katukina¹⁶ (acompanhado por seu filho Panã Kamãnawa que atua como músico sagrado na cerimônia, e por Mayá que assistiu o Pajé em todo o processo), com os rezos¹⁷ e a força do *Uni*, seguimos noite adentro em comunhão com as avós e avôs que deixaram a terra, com os/as encantados/as, elementos e forças da natureza e com as pessoas presentes.

O que interessa extrair dessa experiência aparentemente tão pessoal e que se inicia com outras medicinas da natureza (jurema, rapé, cacau) a partir de 2015, é que a existência e re-existência dos povos originários, dos quais somos filhos/as e netos/as, está associada a uma relação contígua entre passado/presente/futuro, humano e não humano, corpo/cabeça/espírito/coração, uma comunhão horizontal com a terra, o céu, o sol, os animais e a floresta, com os/as encantados/as, invisíveis aos olhos da cultura branca que se relaciona com a terra pela lógica da exploração, de um extrativismo irracional que tem nos levado à destruição acelerada do planeta, colocando em risco a continuidade da nossa existência.

A relação de troca e cuidado com a terra faz da cosmovisão indígena uma referência para um viver pleno, o que os povos andinos chamam de “buen vivir”, revela uma força que nem mesmo os mais de 500 anos de escravidão, genocídio e perseguição, conseguiram destruir. Entendi que, mesmo sendo uma mulher cultural e socialmente branca, oriunda dos sertões, sou, ou somos, parte desse povo e justamente por isso, estou na academia exercitando um pensar transcolonial¹⁸ sobre o Brasil do século XXI.

Aceitei o “convite” dos/as encantados/as e de Ailton Krenak para juntos/as criarmos *ideias para adiar o fim do mundo* (2019), desfibrando o poder da música, do ritual, da performance, da oralidade e das rebeldias como cura para a “ferida colonial” para as existências negadas, em um país adoecido pela inescrupulosa atuação do capital. É preciso dizer que após essas imersões me dei conta do grau de usurpação que nós brasileiros/as vivemos em relação às culturas ancestrais deste país. Nós, nascidos/as há mais de 40 anos, não estudamos nada desse conjunto de saberes na escola, tampouco na família e, quando presentes nos produtos culturais mais acessíveis, como novelas, filmes, literatura, a narrativa sobre as culturas negras e indígenas é feita geralmente por um olhar estrangeiro, que mais torna exótico e limita do que

¹⁶ Os Kamãnawa é um clã do povo Katukina, também conhecido como Noke Koi do Acre, na Amazônia brasileira.

O ritual citado aconteceu na Vila de Itaitu, município de Jacobina - Bahia.

¹⁷ O termo “rezos” é utilizado por algumas lideranças espirituais indígenas para referir-se aos rituais sagrados de conexão com o Grande Espírito e com os/as demais encantados/as. Os rezos são feitos por meio de palavras/preces, cânticos ou outras formas de relação com o campo do sagrado.

¹⁸ Ver VASCONCELOS, 2022.

aprofunda. Para se ter uma ideia do apagamento desses saberes, na minha formação em História, na universidade nos anos 1990, não tive uma única disciplina sobre História da África ou História Indígena e isso diz muito sobre nós e sobre o poder devastador da colonialidade.

Mesmo com a implementação da importante Lei 10.639/03, atualizada para a Lei 11.645/08, as pesquisas sobre tais leis apontam que os saberes ancestrais dos povos indígenas e africanos ainda não são trazidos de forma aprofundada para a escola, ainda temos muito o que caminhar para desbaratar a máquina colonial.

Enfim, o contato com esses “portais” me possibilitou também compreender que essas ciências e medicinas estão muito presentes no cotidiano das pequenas cidades dos sertões do Brasil, porém com outras nomenclaturas, e que a pedagogia dos saberes afro-indígenas se manifesta muito mais pelo fazer, pela observação do/a mestre/a, pelo gesto, pelo rito. É apertando a corda do alfaia, tomando chás para curar enfermidades, gingando na capoeira, dançando na fogueira de São João, estando atentos/as aos sonhos, remexendo os quadris num samba, conversando com os/as encantados/as e comendo ou bebendo a comidas e bebidas sagradas **que se aprende o Brasil.**

A finalização de escrita da tese e o retorno para a sala de aula me fizeram compreender o quão urgente é ampliar a noção de História do Brasil, discutir sobre as territorialidades, pertencimentos e produções narrativas que dizem de nós, e são feitos também por nós. Nesse intuito de dar ênfase ao estudo de narrativas expressas pelas populações indígenas e afro-brasileiras através das artes, da oralidade, das festas, dos ritos e das demais manifestações culturais brasileiras é que foi criado o projeto de pesquisa e extensão *ARRIBAR O CÉU: artes, saberes e histórias dos sertões indígenas e afro-brasileiros*, sobre o qual dedicarei a última parte desse texto.

UM CONVITE PARA ARRIBARMOS¹⁹ O CÉU E, QUEM SABE, ADIAR O FIM DO MUNDO!

*A água vai pingando, pin, pin, pin...
Ninguém está vendo a água pingando.
Daqui a pouco, você vê que está tudo alagado.
É assim que a gente vai ter que agir,
Como Dandalunda, como Oxum (...)*

(Makota Valdina Pinto, *In: CESAR, Amaranta, 2021, p. 110*)

*Uma flecha só pode ser lançada
se antes for puxada para trás.*
Sabedoria indígena, povo não identificado

As formas de resistência ou de sobrevivência das populações eleitas para serem apagadas, ou dizimadas no "mundo que o branco criou", foram e são, muito diversas e sofisticadas. Muitas vezes as gotinhas de água que inundam o piso impecável de um palácio, ou a retração da flecha certa, tão bem descritas por Makota Valdina e pela ciência indígena, não

¹⁹ O termo “arribar” na comunidade de tradição oral onde nasci, Serrolândia – BA, tem o mesmo sentido de suspender, levantar. O nome do projeto é inspirado no livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert: *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (2015).

são percebidas, nem mesmo por alguns especialistas de Brasil. Inspirada por essas e outras *estratégias gingadas* concebi um projeto de pesquisa e extensão que tem como principal objetivo problematizar as narrativas oficiais da História do Brasil a partir do estudo das Artes e das diversas expressões de saberes das populações indígenas e afro-brasileiras pertencentes ao amplo território que se convencionou chamar de sertão.

Apesar de apresentar um objetivo geral guloso, o *Projeto Arribar o Céu* não tem a pretensão de trazer respostas as complexas tensões levantadas neste texto, muito menos apresentar receitas teórico-metodológicas aos/às professores/as e ou futuros/as professores/as da área das Humanidades. Nos propomos sim, a levantar novas perguntas sobre o Brasil, as brasilidades e os efeitos do projeto colonial em nós e nos/as nossos/as estudantes. Pensar juntos/as sobre o que é possível fazer para garantir no currículo oficial dos cursos de graduação, disciplinas e abordagens específicas que versem sobre as histórias, as geografias, as literaturas, línguas, os saberes do corpo, das ruralidades e suas conexões com as cosmologias indígenas e afro-brasileiras. Destaco, em especial, as histórias e culturas indígenas, por perceber o quanto há de apagamento desses saberes nos nossos currículos. O pertencimento a um território geográfico e historicamente reconhecido como originário do povo Payayá, de onde falo (UNEB - Campus IV – Jacobina – Bahia) nos impõe urgência nessa reflexão.

Visando ampliar a luta pela implementação qualificada das Leis 10.639/03 e 11.645/08, o citado projeto propõe um aprender a ler e a legitimar às marcas produzidas pelos povos indígenas e afro-brasileiros que, através das artes, das encantarias, dos rituais, e medicinas e dos saberes espirituais presentes na tradição oral, registraram e registram suas histórias de forma autoral e autônoma. Tais manifestações de saberes para além da escrita não tem encontrado um espaço adequado nos currículos oficiais da Educação Básica e das Universidades, por tudo isso, o projeto propõe o estudo e a experimentação desses saberes no sentido de recontar e reescrever a história do Brasil, a partir dos Sertões das Jacobinas.

Para tanto, foram criadas em torno da proposta três instâncias/espacos de sustentação político-pedagógica e de formação que tem os seguintes formatos e funções:

- a) *Núcleo de Sustança* - grupo de sustentação político-pedagógica que se reúne sistematicamente com o intuito de acompanhar todo o processo, avaliar, opinar, planejar, discutir captação de recursos, sustentabilidade etc. É formado por parceiras/os diversas/os, de dentro e de fora da UNEB, que se sentiram identificadas/os com a proposta e se engajaram voluntariamente no Projeto. Também fazem parte do Núcleo monitores/as bolsistas e voluntários/as, estudantes da UNEB;
- b) *Grupo de estudos e experimentações em artes indígenas e afro-brasileiras* - composto por qualquer pessoa interessada em estudar as artes, as histórias e as cosmologias indígenas e afro-brasileiras, de dentro e de fora da UNEB. Apesar de ter um funcionamento sistemático, com três encontros por ciclo de estudos, não se caracteriza como um grupo fechado, sua composição é mais flexível, podendo o/a participante frequentar o grupo por um ciclo ou participar apenas dos encontros temáticos que considerar interessante;
- c) *O Conselho da Fogueira* - formado por lideranças, professores/as pesquisadores e/ou artistas indígenas e afrodescendentes que estejam implicados/as com a luta pela igualdade racial. Atuará como uma espécie de conselho consultivo que se reunirá com o *Núcleo de Sustança* a cada ano para um acompanhamento geral do Projeto, auxiliará no fortalecimento das parcerias institucionais e trará legitimidade ao processo.

Apesar de serem três grupos/fóruns distintos, não há necessariamente uma hierarquia entre eles, os/as membros/as do *Núcleo de Sustança* participam do *Grupo de Estudos e Experimentações*, assim como os membros do *Conselho da Fogueira* poderão atuar como formadores/as do *Grupo de Estudos*.

O projeto prevê outras etapas seguintes e ideias mais amplas, como a criação de um *Espaço de Encantamentos do Saber* (onde será organizado um acervo físico e virtual de obras e artistas indígenas e afro-brasileiros, visando o acesso a essas produções e narrativas). No momento, optei por focar e explicitar metodologicamente a experiência do *Grupo de estudos e experimentações em artes indígenas e afro-brasileiros* por já está em funcionamento.²⁰ Visando democratizar o acesso aos conteúdos, o Grupo funciona de forma híbrida alternando encontros presenciais (na cidade de Jacobina - Bahia) e mediação tecnológica (via o *zoom*), com encontros quinzenais.

Denominamos o coletivo de *Grupo de Estudos e Experimentações*, justamente por compreender que a descolonização do pensamento passa pela descolonização do corpo, do reconhecimento e valorização do afeto, das subjetividades, das identidades, da espiritualidade e da criatividade como parte do fazer científico, contrapondo-se, desse modo, a hegemonia da razão cartesiana, defendida pela ciência moderna dominante como única forma de saber (GUERRERO ARIAS, 2010).

Inúmeros/as pensadores/as, professores/as a exemplo de Lélia Gonzalez, Patrício Arias, Lillian Pacheco, afirmam que a exclusão das emoções, do corpo e da criatividade ou a falsa dicotomia entre subjetividade e objetividade nos processos de aprendizagem, é uma estratégia da colonialidade para garantir a superioridade do saber branco europeu, tomado sempre como um saber racional, em oposição aos saberes dos demais povos racializados, apontados como primitivos ou emotivos demais. Neste sentido, salienta Lélia Gonzalez:

Para nós, é importante ressaltar que a emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão (2018, p. 74).

Ao denunciar o que alguns/as autores/as chamam de epistemicídio, o antropólogo e professor Patrício Guerrero Arias nos propõe o *Corazonar* como possibilidade de equilíbrio ético entre as diferentes manifestações do saber:

Uma das formas mais perversas da colonialidade do poder e do ser tem sido a negação da afetividade no conhecimento, fragmentando a dimensão do humano em nome da razão cartesiana ocidental hegemônica. (...) *Corazonar* constitui uma resposta política insurgente à colonialidade do poder, do saber e do ser, uma vez que desloca a hegemonia da razão e mostra que nossa humanidade se baseia na interrelação entre afetividade e razão, e que tem existência no horizonte. No *Corazonar* não há centro, pelo contrário, o que se busca é

²⁰ Importa informar ao leitor/a que o Grupo de Estudos e Experimentações encontra-se num momento inicial de funcionamento, certamente e mesmo por uma opção teórico-metodológica, muita coisa nova poderá surgir a partir dos encontros. Para mais informações sobre o Projeto ver a página do Instagram: @arribaroceu

descentrar, deslocar, fraturar o centro hegemônico da razão. O que o Corazonar faz é, em primeiro lugar, colocar algo que o poder sempre negou, o coração, e dá à razão afetividade. Corazonar portanto, não exclui o coração, nem torna a razão invisível, pelo contrário, o Corazonar a nutre com afetividade, a fim de decolonizar o caráter perverso, conquistador e colonial que ela teve historicamente (GUERRERO ARIAS, 2010, p. 83 - 89, tradução nossa).

Inspirado por esses/as e outros/as pensadoras/es, movimentos e pedagogias brasileiras - a exemplo da Pedagogia do Oprimido, da Pedagogia Griô e da Pedagogia do CRIA²¹ o *Projeto Arribar o Céu*, através do *Grupo de Estudos e Experimentações* visa estudar em a História do Brasil pelo olhar e narrativa de artistas indígenas e afro-brasileiros da cena contemporânea e passada, de diferentes gêneros, gerações, linguagens e regiões. Cada artista será estudado/a em um ciclo de três encontros, sendo que na edição de 2022, adentraremos o universo de Jaider Esbell (artista do povo Makuxi de Roraima), de Carolina Maria de Jesus (escritora e multiartista de Minas Gerais/São Paulo) e do Juvenal Payayá (escritor e desenhista, que também é cacique do povo Payayá da Cabeceira do Rio, Utinga - Bahia). A metodologia utilizada articula a triangulação entre biografia, obra e contexto histórico, geográfico, político e cultural no qual o/a artista está/estava inserido/a, tudo isso conectado com vivências sensoriais e produções criativas.

O primeiro ciclo de estudos trouxe à cena o premiado artista Jaider Esbell, que apesar de ser mais conhecido como artista plástico, com obras espalhadas por inúmeras galerias e museus no Brasil e no mundo, o multiartista também atuou como escritor, curador independente, *videomaker* e articulador do Movimento de Arte Indígena Contemporânea. Indígena do povo Makuxi de Roraima, Jaider criou em Boa Vista (RR) uma Galeria que leva seu nome, onde reuniu obras de vários indígenas da região, pertencentes aos povos Wapixana, Taurepang, entre outros, que se reivindicam netos de Makunáima ou Makunaimã. Uma personalidade muito conhecida dos brasileiros, mas que nos foi apresentada por Mário de Andrade, em seu clássico livro *Macunaima, o herói sem nenhum caráter* (1928), com uma grafia e uma descrição diferente daquela narrada pelos povos originários do Circum Roraima.

Jaider Esbell que é uma das principais fontes de inspiração do Projeto Arribar o Céu, nasceu no município de Normandia, em Roraima, território atualmente conhecido como Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), que concentra o maior número de indígenas do estado de Roraima e que ganhou visibilidade nacional após ser considerado o maior território indígena demarcado de modo contínuo na história do país. Processo que gerou violentos conflitos por parte de fazendeiros produtores de arroz que tiveram de ser retirados da região. Esses conflitos, e a atuação do STF em favor dos indígenas, geraram muitas tensões políticas durante a gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e acabaram desembocando na Tese do Marco Temporal, tão debatida no momento atual.

Como é possível perceber nestas breves linhas, a presença desse artista inquieto e genial na cena contemporânea das artes no Brasil e no mundo, faz emergir diversos e potentes significados para pensarmos o papel da História da Arte (no singular), a presença da colonialidade no chamado sistema de arte contemporânea, as questões de emergência

²¹ Centro de Referência Integral de Adolescentes, fundado em 1994, em Salvador - BA. Para saber mais, ver: <http://blogdocria.blogspot.com/p/sobre-o-cria.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

climática, as identidades brasileiras, entre outras questões, aguçando nosso olhar para esse novo momento do Brasil pós políticas afirmativas. A presença e obra de Jaider Esbell no cenário cultural, até o ano de 2021, fez emergir questões e dilemas da atualidade que foram debatidos nos encontros formativos, mas que não será possível aprofundar neste breve ensaio.

O que aqui interessa mencionar, para entendermos a importância do citado Projeto, é perceber que a aproximação desses estudos e experimentações poderá possibilitar outros caminhos teórico-metodológicos para o ensino de História e demais disciplinas das Humanidades. Para se ter uma ideia do desenvolvimento do processo, apresento abaixo os tópicos, bem como os cards de divulgação do Ciclo 01 de estudos, que versaram sobre a vida, obra e contexto do artista Makuxi:

1. Primeiro encontro: Vida e obra - Jaider Esbell, o neto de Makunaimã;
2. Segundo encontro: Arte e emergência climática: a luta do povo Makuxi; Estudo das séries: *Vacas nas terras de Makunaimã*, *de malditas a desejadas* e *It was Amazon*; Questões climáticas em Jacobina;
3. Terceiro encontro: Jaider Esbell, os/as indígenas em movimento e o Movimento de Arte Indígena Contemporânea - AIC.

Projeto de Pesquisa e Extensão
ARRIBAR O CEU

UNEB NUPE

GRUPO DE ESTUDOS E EXPERIMENTAÇÕES

Inscrições abertas até 11/05/22

Vida, obra e contexto

Carolina Maria da Jesus
Jamille Payayá
Jaider Esbell

I Encontro do GRUPO DE ESTUDOS E EXPERIMENTAÇÕES EM ARTES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIRAS

Dia 12/05 as 14h, via Google Meet

MEDIADORAS:

Claudia P. Vasconcelos
Fernanda Caroline

Artista:
Jaider Esbell

UNEB NUPE

Projeto de Pesquisa e Extensão
ARRIBAR O CEU

UNEB NUPE

II Encontro do GRUPO DE ESTUDOS E EXPERIMENTAÇÕES EM ARTES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIRAS

Dia 25/05 as 19h, na UNEB Campus IV Sala 7

Artista:
Jaider Esbell:
Arte e Emergência Climática

MEDIADORAS:

Andrezza Barreto
Claudia Vasconcelos
Fernanda Caroline

Projeto de Pesquisa e Extensão
ARRIBAR O CEU

UNEB NUPE

III Encontro do GRUPO DE ESTUDOS E EXPERIMENTAÇÕES EM ARTES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIRAS

Dia 09/06 as 14h, Via Zoom

MEDIADORAS:

Jamille Payayá
Claudia Vasconcelos

Artista:
Jaider Esbell e os/as indígenas em movimento.

UNEB NUPE

Como mencionado anteriormente, nos encontros seguintes estudaremos os/as artistas Carolina Maria de Jesus e Juvenal Teodoro Payayá. Ao final dos três ciclos, será realizada uma ação de culminância quando, a partir da experimentação criativa em diversas linguagens, expressaremos os aprendizados e o legado deixado pelos/as artistas estudados/as em 2022.

Tendo em vista que essa experiência encontra-se em etapa inicial, não será possível apresentar aqui os resultados, dados e/ou análises destes. A intenção, foi e é convidar o/a leitor/a a se aproximar e somar conosco nesse processo intenso e onírico de Arribar o Céu. Como bem disse nossa integrante do Núcleo de Sustança, Fernanda Caroline:

ARRIBAR O CÉU é elevar o pensamento para instâncias que vão além da lógica do ganho, do lucro, do vencedor. É olhar para tudo aquilo que ficou guardado nas entranhas, nas veias abertas do Brasil, terra indígena, terra afrodescendente, *terra brasilis* (fonte oral).

Então, vamos juntas ARRIBAR O CÉU?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamira Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e da outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 de jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BULHÕES, Leandro. **Ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas entrecruzadas**: paradigma da contribuição, pedagogia do evento e emancipações na educação básica. Revista ABPN, v. 10, p. 22-38, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Recife: Record, 1995.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Afrikanos, 2018.

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existência. **Calle14**: Revista de investigación en el campo del arte, Bogotá, v. 4, n. 5, p. 80-95, jul./dic. 2010.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português**: o lado esquecido do colonialismo. Lisboa: Tinta da China, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce: **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Jamile Silva. **O sentido geográfico da identidade**: metafenomenologia da alteridade Payayá. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARTINS, Daniela Maria Barreto. **Arte de cuidar e ser cuidado**: experiências terapêuticas integrativas na perspectiva da dádiva. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô, a reinvenção da roda da vida**, Lençóis: Ministério da Cultura, 2006.

PINTO, Valdina. O terreiro e as imagens. *In*: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org). **Desaguar em cinema**: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc. Salvador: Edufba, 2020, p. 105-110.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido de Brasil. São Paulo: Global editora, 2018.

RODRIGUES, Mariza do Carmo. **Práticas Religiosas Afro-Brasileiras em Jacobina/Ba**: entre Pejís e Candomblés. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Vanicleia Silva. Os ritos e ritmos da Micareta no sertão da Bahia. **Revista Projeto História**, São Paulo, vol. 28, p. 243-269, jan./jun, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-Tão Baiano**: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. Salvador: Edufba, 2011.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Travessias sertânico-diaspóricas na pesquisa e o Brasil transcolonial. *In*: VASCONCELOS, Vania N. Pereira; VEIGA, Ana Maria; BANDEIRA, Andréa (org).

Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: Edufba, 2022. p. 117-133.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala:** genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual editora, 2021.